



ASSIMETRIAS DE GÊNERO NO AMBIENTE DE TRABALHO

*¹Sarah Patricia Aguiar e Silva Omena and ²Ana Elizabeth Santos Alves

¹Professora Titular do IF Maranhão. Mestre pelo Programa em Memória: Linguagem e Sociedade – UESB

²Professora aposentada do Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade – UESB. Membro do Museu Pedagógico

ARTICLE INFO

Article History:

Received 24th April, 2018
Received in revised form
20th May, 2018
Accepted 08th June, 2018
Published online 30th July, 2018

Key Words:

Chave, Desigualdade de gênero,
Trabalho, Poder e Violência.

ABSTRACT

O artigo discute como as desigualdades de gênero se manifestam no ambiente de trabalho a partir da análise de dados quantitativos relativos ao número de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA-Brasil, com relação ao gênero, e dos relatos orais colhidos através da aplicação da técnica de grupo focal com servidores da Instituição. O objetivo é compreender o significado da desigualdade de gênero e como as práticas organizacionais reforçam estas assimetrias. Este estudo comprovou que, no ambiente laboral, a desigualdade de gênero não pode ser ignorada, uma vez que as mulheres estão mais vulneráveis à coação moral em razão da estrutura de poder baseada na assimetria e das práticas abusivas que as atingem.

Copyright © 2018, Sarah Patricia Aguiar e Silva Omena and Ana Elizabeth Santos Alves. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Sarah Patricia Aguiar e Silva Omena and Ana Elizabeth Santos Alves, 2018. "Assimetrias de gênero no ambiente de trabalho", *International Journal of Development Research*, 8, (07), 21769-21771.

INTRODUCTION

A assimetria de gênero dentro das relações laborais abrange temáticas diversas, como poder, dominação, memória e ideologia. Debater a questão de gênero não diz respeito apenas às mulheres, mas sim, aos estereótipos de gênero construídos historicamente e que têm como ponto de partida a diferença biológica do sexo. Considerando a construção sócio-histórica da desigualdade, a memória dessa violência simbólica se institucionaliza e se reproduz, tendo em vista que a família, a igreja, a escola e o Estado desempenham papéis determinantes, como agentes de grande influência na manutenção das assimetrias de gênero e na opressão que os estereótipos exercem sobre as pessoas. Segundo Halbwachs (2006), esses contextos são acessados pela memória através das relações sociais dos grupos de pertencimento. O presente artigo pretende discutir como as desigualdades de gênero se

manifestam no ambiente de trabalho a partir da análise de dados quantitativos relativos ao número de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, com relação ao gênero no Brasil. Para tanto, torna-se necessário compreender o significado da desigualdade de gênero e como as práticas organizacionais reforçam estas assimetrias. Assim, a discussão teórica sobre gênero perpassa principalmente pelas relações entre homens e mulheres no ambiente de trabalho e como as desigualdades se constroem a partir da conectividade com diversos aspectos da vida social, estabelecendo uma definição de lugares ou posições de homens e mulheres, principalmente na divisão sexual do trabalho e reafirmando a relação entre produção e reprodução de estereótipos de gênero, razão pela qual esse estudo se justifica.

MATERIALS AND METHODS

Trata-se de um estudo quantitativo baseado no levantamento do número de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, com relação ao gênero, como também qualitativo, apoiado nos relatos orais colhidos através da aplicação da técnica de grupo focal com docentes e servidores técnicos administrativos da instituição. Além de levantamento bibliográfico de fontes primárias de

*Corresponding author: Sarah Patricia Aguiar e Silva Omena, Professora Titular do IF Maranhão. Mestre pelo Programa em Memória: Linguagem e Sociedade – UESB

Note: Texto extraído da dissertação de mestrado intitulada "Memória e silenciamento: o assédio moral como estratégia de gestão em um contexto de precarização social do trabalho docente" apresentado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em 10 de julho de 2018

abordagem teórico-metodológico a respeito de gênero, memória social, poder e ideologia. A coleta de dados foi realizada inicialmente no site da instituição, através de página da internet e extraída do programa institucional SUAP, na seção cadastro de servidores. Foi analisado especificamente o total de servidores da instituição em 2018, sua composição entre docentes e técnicos administrativos, a divisão com relação a quantidade de homens e mulheres e, finalmente, o número de mulheres e de homens em cargos de chefia. De posse desses números, foram construídas tabelas comparativas para facilitar a análise dos dados. A questão metodológica envolvendo a técnica de grupo focal foi determinante desde a escolha dos participantes até o encadeamento das perguntas que orientaram a discussão. Para este artigo, realizou-se uma única sessão de grupo focal com servidores do IFMA oriundos dos vinte e nove campi que compõe a instituição. Os participantes foram no total de doze, divididos em docentes e técnico-administrativos, sendo quatro homens e oito mulheres. A sessão grupal teve duração de uma hora e meia e além dos participantes, o grupo focal contou com um mediador (externo) e uma observadora, no caso a própria autora do artigo. Por uma questão operacional, a sessão grupal ocorreu no próprio ambiente de trabalho, porém num espaço físico amplo e reservado, livre de interferências sonoras e fora do horário de trabalho dos envolvidos. As perguntas foram selecionadas segundo revisão de literatura específica e funcionaram no sentido de fomentar a ampla discussão entre os participantes, com gravação realizada por meio de aparelho portátil e identificação dos participantes apenas por números ordinais de 1 a 12. Não houve registro fotográfico e nem o estímulo da identificação nominal dos participantes.

RESULTADO

É importante considerar a participação feminina no universo laboral, entretanto essa atuação experimenta efeitos perversos através das formas de discriminação, reforçando a dominação masculina, uma vez que estão submetidas às normas tradicionais dos homens. Para Apple (1995) as mulheres sofrem mais discriminação do que os homens em virtude das práticas sexistas, movidas pela ideologia de ignorar a importância das condições de trabalho das mulheres. Na educação, a imensa maioria do corpo docente é constituído de mulheres, contudo muito mais homens chegam aos cargos de chefia/direção nas escolas, demonstrando que, quanto mais a segregação vertical da força de trabalho cresce, mais aumenta a desigualdade. Esse fato pode ser observado num simples levantamento de dados quantitativos relativo ao número de servidores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, com relação ao gênero:

Tabela 1. Número de servidores do IFMA

Servidores	Gênero	Quantidade	Total
Técnicos administrativos	Masculino	763	1371
	Feminino	608	
Docentes	Masculino	988	1678
	Feminino	690	

Fonte: IFMA/Suap, 2018

Segundo Chamon (2005, p.24), “a desigualdade de direitos entre senhores e escravos, homens e mulheres, não tem outra causa senão a lei do mais forte, fomentada pela elite dominante”, que dissemina ideologias e valores a favor dessa desigualdade, definindo normas culturais e práticas sociais com aceitação coletiva.

DISCUSSÃO

Embora gênero seja compreendido como sinônimo de mulher e identidades femininas, também trata de homens e identidades masculinas, além das relações entre ambos. Segundo Scott (2005), gênero é “uma categoria de análise histórica, cultural e política, cuja expressão está ancorada nas relações de poder, sendo que a partir dele é possível perceber a organização concreta e simbólica da vida social e suas conexões com as relações entre os sexos”. Ela observou, ainda, que as definições de gênero e de poder estão inter-relacionadas de tal forma, que são reproduzidas nas condições das mulheres. Na percepção de Correia (1997), “o gênero é uma elaboração social que se inscreve na história e no tecido social e se abre à noção de uma identidade em contínuo processo de construção”. Para Kergoat (1996), o conceito de gênero direciona a percepção da estrutura da sociedade para uma perspectiva sexuada baseada na divisão sexual do trabalho, cuja abordagem está carregada de contradições. Neste sentido, o conhecimento socialmente construído a respeito do gênero revela uma face de desigualdade e passa a ser compreendido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e como um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1998, p. 14). Os estereótipos de gênero projetam tipos ideais do ser homem e ser mulher, designando e limitando espaços de atuação social para ambos. Historicamente às mulheres coube o espaço privado, as atividades domésticas e de cuidado, em oposição aos homens que ocuparam os espaços públicos, exercendo atividades de liderança e controle. Logo, a desigualdade de gênero diz respeito à desigualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades, ensejando uma violência permeada por práticas morais e sexuais.

Mas como se expressa esta desigualdade? É possível percebê-la principalmente na diferença salarial entre homens e mulheres de mesma escolaridade e que exercem as mesmas funções, os homens são usualmente privilegiados ganhando melhor e ocupando mais cargos de chefia e liderança. Para Kergoat (2001), as diferenças entre as práticas dos homens e das mulheres são originárias de construções sociais e não de uma causalidade biológica, como se homens e mulheres tivessem vocações laborais decorrentes de sua condição biológica. É necessária uma ruptura na divisão sexual do trabalho, uma vez que ela se apresenta como uma forma de divisão social do trabalho, baseado em dois princípios: o da separação de trabalhos de homens e de mulheres e o de hierarquização, que consiste em valorizar mais um trabalho de homem do que um trabalho de mulher. Essas desigualdades ou assimetrias possibilitam a dominação dos homens de tal forma, que ambos os sexos não percebem o fenômeno da mesma forma, mas, sobretudo, não percebem que o conjunto social atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções de pouco valor. Lang (2011) observa que as assimetrias de gênero se mantêm e são reproduzidas por violências múltiplas, preservando poderes atribuídos ao masculino e naturalizando desigualdades ao feminino, além de estabelecer conexão com as práticas de assédio e com as relações de poder. Zalar e Leal (2001) afirmam que a violência dificulta o reconhecimento do outro diante dos atributos de classe, gênero ou raça. Ratificando o pensamento de Bourdieu (2007), o poder simbólico é exercido no sentido de transformar a visão de mundo para obter algo proporcional ao que se conseguiria pela da força através

da legitimação de uma prática, reconhecida como válida. Nesse sentido, no relato oral dos participantes do grupo focal, quando indagados pelo mediador sobre quem sofre mais assédio, homens ou mulheres? Todos foram unânimes em responder: as mulheres. As razões elencadas pela participante 4, docente e mulher, foram categóricas:

“É como se as mulheres tivessem projetado essa figura do dominador, que elas usam e repassam. Pelos homens estarem, em sua grande maioria, em cargos de poder, isso se torna mais evidente, essa ação dos homens sobre as mulheres e, ao mesmo tempo, eu vejo um jogo muito complicado que é assim: as mulheres conseguiram ocupar posições fazendo jogos, principalmente sexuais, trocas, então esse acaba sendo, vamos dizer assim, uma linguagem, acaba sendo uma forma de você ir revalidando essas ações, no sentido de que o homem se sente no direito de fazer o assédio às mulheres, assim como muitas vezes as mulheres acham que este é um caminho pra elas chegarem a alguma posição”.(GRUPO FOCAL, 2018 participante 4 – professora).

Na pergunta relacionada a desigualdade de gênero, foi questionado aos participantes do sexo masculino se a pessoa por ser mulher está mais suscetível à violência? A resposta do participante 2, técnico administrativo e homem, reflete os entendimentos de Kergoat (2001), Scott (1998) e Corrêia (1997) a respeito das construções sociais de estereótipos de gênero:

“Bom, eu acredito que é como regra geral né? as meninas são mais prejudicadas nesse sentido porque... a questão é cultural, né? eu presenciei várias vezes alguém dando conselho pra uma menina, já no primeiro emprego, pra ela ir de certa forma sensual pra entrevista. A mulher continua sofrendo mais, apesar de que em casos isolados os homens também sentem, né? eu já senti essa questão, quase como uma mulher, quando eu era bem jovem, assédio de gays que tinham o poder, foi a mesma coisa, assédio de gays, entendeu? promessas de coisas, de empregos, eu conseguia ver que aquilo tinha um interesse sexual. Então no homem existe em menor proporção, mas existe também né?” (GRUPO FOCAL, 2018 participante 2 – técnico administrativo).

Portanto, esses relatos orais revelam a contínua reprodução de um contexto sócio histórico que conduz os sujeitos a uma cegueira ideológica e à insensibilidade. As diferenças de gênero são uma modalidade de assédio que pode ocorrer no ambiente de trabalho. Prova disso é que as mulheres representam o total de vítimas identificadas no grupo focal. O sexo feminino é o alvo principal desse tipo de comportamento, caracterizado pela inconveniência e repetição. Este estudo comprovou que, no ambiente laboral, a desigualdade de gênero não pode ser ignorada, pois as mulheres enfrentam outra situação específica de violência, o assédio sexual. Essa prática se assenta na imposição física para eliminar qualquer possibilidade de autonomia das mulheres, ignorando completamente a conduta ética e impondo uma cultura que pode ser facilmente entendida como sexista.

Por fim, as mulheres são mais assediadas que os homens porque as estruturas de poder simbólico são baseadas na desigualdade de gênero, na qual homens ocupam posições de poder em relação às mulheres.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMA, pela oportunidade de capacitação e aprimoramento de conhecimentos valiosos. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro nessa jornada de importantes descobertas. À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pela condução eficiente e generosa das atividades durante o período de realização do curso de mestrado.

REFERÊNCIAS

- Apple, Michael W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médica, 1995. Tradução Thomaz Tadeu da Silva.
- Bardin, Lawrence. Análise de conteúdo. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.
- Bourdieu, Pierre. O Poder Simbólico. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- Chamon, Magda. Trajetória de feminização do magistério. Ambigüidades e conflitos. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- Correia, Maria Ivete Martins. Concepções de Estudos do 2º Grau Sobre a Virgindade na Perspectiva das Relações de Gênero. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1997.
- Kergoat, Daniele. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M J M, MEYER D E, WALDOW R (Org). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Arte médica, 1996.
- Le rapport social de sexe — De lare production des rapports sociaux à leurs subversion. In: Les Rapports sociaux de sexe, Actuel Marx, Paris: Universitaires de France, n. 30, p. 85-100, 2º sem. 2001. Tradução Izadora Xavier.
- Halbwachs, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro editora, 2006.
- Scott, Joan. W. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1998.
- O enigma da igualdade. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro. abril/2005/ p. 11, 29.
- Welzer-Lang, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Estudos feministas. Cadernos Pagu. Tradução Miriam Pillar Grossi, 2011
- Zaluar, A.; Leal, M. C. Violência Extra e Intra Muros. RBCS, Vol. 16, n. 45, fev., 2001.